



## **O QUE ESPERAMOS DA REVISÃO DO ECDU?**

Carta aos Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares

Caros (as) Colegas

Encara mais uma vez o Governo, nas Grandes Opções do Plano para 2002, a “*Revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária*”.

Vimos propor-vos que, a propósito, partilheis connosco alguns momentos de reflexão.

### **NOVO ECDU OU REVISÃO DO ACTUAL ?**

Talvez seja bom que nos interroguemos um pouco sobre a opção entre a elaboração de um novo ECDU e a revisão do actual.

A elaboração de um novo ECDU deve, como foi sublinhado por intervenientes qualificados no debate do anteprojecto elaborado pela anterior equipa governamental, e designadamente pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, cujo notável parecer de 7 de Maio de 2001 passamos a citar, ter em conta “a experiência de 20 anos do ECDU em vigor, “a de todo e qualquer sistema conhecido e experimentado de carreiras de docência universitária adoptado em países estrangeiros, e nomeadamente naqueles em que há maior número de universidades que se distinguem pela excelência científico-pedagógica”, bem como ter a participação, não só do Ministério da Educação, mas também do Ministério da Ciência e Tecnologia, de representantes das universidades públicas e dos sindicatos dos docentes do ensino superior

Estarão reunidas estas condições ?

Parece-nos que não.

Por que razão, constituindo o ECDU um verdadeiro Código da docência universitária, não se equaciona a possibilidade de o seu anteprojecto ser, a exemplo de outros códigos, fruto de uma *Comissão de especialistas* (ou “grupo de missão”) com rosto, em ligação com os vários interlocutores institucionais ?

Se não estiver garantida, na elaboração do ECDU, uma metodologia participativa, talvez seja de optar por uma revisão parcelar, mais ou menos extensa, sobretudo cirúrgica, restrita a aspectos consensuais ou facilmente geradores de consenso.

Tal é, pelo menos, a nossa sensibilidade actual.

Propomos entretanto:

*Que se equacione desde já a possibilidade de uns “Estados Gerais Universitários” reunindo todas as estruturas sindicais, os órgãos de gestão, os opinion makers da comunidade académica, e até mesmo convidados estrangeiros, para debate do documento prévio de trabalho que o Governo vier a apresentar.*

**CARREIRA DOCENTE, OU**

**CARREIRA DE DOCENTES QUE FAZEM INVESTIGAÇÃO?**

Será que se pode falar em modificar o ECDU sem se redefinir a articulação entre a docência e a investigação ?

Parece-nos ser tempo de a opinião pública, o poder político, as instituições universitárias, os sindicatos, a própria classe, enfim, passarem a considerar os docentes universitários como **docentes que fazem investigação**.

Propomos:

que se crie a possibilidade de, em termos normais, os docentes se dedicarem temporariamente à investigação a título predominante ou até exclusivo, com redução do número de aulas lectivas semanais até zero, com consequente reajustamento no cômputo de ETI; .

que sejam canalizadas verbas da Ciência e Tecnologia para assegurar este resultado;

que se criem mecanismos de comunicação mais fácil entre a carreira docente e a carreira de investigação científica.

Já sugerimos tanto ao ME como ao MCT que os docentes universitários, mantendo os direitos inerentes à carreira docente, designadamente a contagem de tempo de serviço possam dedicar-se temporariamente à investigação em *full-time*, por exemplo através da nomeação em comissão de serviço para lugares de investigador financiados pelo MCT.

O *modus faciendi* não é neste momento o mais importante, é-o sim mudar a forma de tratar no ECDU a investigação científica.

Propomos:

***Que se assegure desde já a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia no processo de revisão do ECDU e se inscreva nos objectivos desta uma articulação entre docência e investigação.***

#### **NOVO SISTEMA DE QUADROS OU PROMOÇÃO POR VIA LEGISLATIVA?**

Será que os problemas que se sentem actualmente nas instituições universitárias, têm a sua origem no ECDU ou no incumprimento deste ?

É o caso da formação pedagógica integrada dos assistentes prevista no actual ECDU, e nem sempre posta em prática, sendo estranho que agora se comece a falar de avaliação, sem se cuidar da formação.

E é, sem qualquer dúvida, também o caso da revisão bienal dos quadros, inscrita na lei mas nunca cumprida. Tal incumprimento é o responsável pela situação insustentável a que se chegou.

Propusemos desde o início de 2000 a adopção de um sistema de quadros de dotação global, a pôr em execução por decreto-lei avulso, já que esse mesmo sistema foi aplicado à generalidade da administração pública sem dependência de qualquer reestruturação de carreiras.

Outras associações sindicais vieram subscrever o que defendemos.

Até a anterior equipa governamental, disse-se, havia aceite o princípio, desde que os quadros não fossem bem globais, as passagens fossem limitadas...

Há então unanimidade ?

Parece-nos bem que esta é apenas aparente.

O anteprojecto preparado pela anterior equipa iria, ao que se disse, ser revisto no sentido de criar, não quadros de dotação global, mas sim um quadro comum de professores associados e professores auxiliares, condicionando a promoção de professores auxiliares a critérios de antiguidade sem paralelo no ECDU vigente. Daqui a 4 anos, dizia-se, nova revisão do ECDU, permitiria o acesso dos professores associados mais antigos que ficariam a marcar passo, a professores catedráticos. Mais uns anos e far-se-ia terceira revisão do ECDU, e assim por diante.

Discordamos radicalmente desta solução, em que a progressão na carreira deixaria de constituir um *cursus honorum* sancionador do mérito, para passar a revestir as características de um sistema de comportas, que iriam sendo abertas por força de processos político-sindicais e com recurso à via legislativa.

O acesso a lugares de topo, deve ficar dependente, não de novas alterações ao ECDU, ou da boa-vontade do poder político, mas sim das decisões das próprias instituições universitárias, no quadro da definição dos seus planos de desenvolvimento, dependendo sempre, em última instância, e como é óbvio da excelência dos seus professores.

Propomos, portanto

***Que se defina, desde já; um sistema de quadros de dotação global para todas as categorias de professores, gerido pelas próprias Universidades.***

Os problemas que focamos hoje não são os únicos que nos afligem. Mas são fulcrais e estruturantes. Continuaremos fiéis ao nosso propósito de defender simultaneamente e sem contradição a dignidade da profissão, os direitos dos Professores e a excelência da Universidade Portuguesa, nomeadamente a da qualidade de ensino e de investigação. Pugnando pela revalorização e dignificação do nosso estatuto a todos os níveis, não trocaremos em nenhuma circunstância por promessas ou miragens salariais a essencial dignidade da carreira. Tal é a nossa maneira de sermos sindicato e associação profissional.

Voltaremos em breve à vossa presença

Cumprimentos muito cordiais

Pel' A DIRECÇÃO

Luís Belchior  
Presidente da Direcção

Paulo Ferreira da Cunha  
Vice-presidente da Direcção,  
para a Universidade

Em 15 de Novembro de 2001